



**PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA**

COMO PARTICIPAR



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luís Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Caputo Bastos

José Rotondano

Renata Gil de Alcantara Videira

Mônica Autran Machado Nobre

Daniela Pereira Madeira

Alexandre Teixeira

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johannes Eck

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenador de Mídias

Jônathas Seixas

Coordenadora de Imprensa

Cecília Malheiros

Diagramação

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão de texto

Carmem Menezes

Caroline Itchenko Zanetti

Equipe Responsável

Dra. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Dra. Wanessa Mendes de Araujo Amorim

Leila Mascarenhas

Natália Dino

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br



**PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
BOLSA DE ESTUDO PARA MAGISTRATURA**



1. OBJETIVO

Promover a diversidade étnico-racial na magistratura ao oferecer apoio financeiro, educacional e pedagógico para candidatos(as) negros(as) e indígenas, com ou sem deficiência, viabilizando sua aprovação nos concursos para ingresso na carreira.

A iniciativa faz parte do Programa CNJ de Ação Afirmativa para Ingresso na Magistratura, que pretende garantir condições mais competitivas e iguais nos concursos públicos, incluindo o Exame Nacional da Magistratura (Enam).

O que propomos?

Considerando as necessidades identificadas, foram previstas duas espécies de auxílios a serem concedidos aos(às) candidatos(as) selecionados(as), conforme perfil:

A) Bolsa de Manutenção: Custeio de despesas relacionadas à aquisição de material bibliográfico, contratação de professoras(es) e acesso a cursos preparatórios para provas específicas previstas nos certames, além de alimentação, transporte e moradia.

B) Bolsa de Estudo: Vagas em cursos preparatórios e Escolas da Magistratura credenciadas para assegurar gratuidade na mensalidade.

Resultados do 1º ENAM/2024*

- 7.216 aprovados total
- 4.931 geral
- 608 aprovados PCDs
- 2.061 aprovados pessoas negras
- 13 indígenas
- 18,10% aprovação total
- 22,44% aprovação considerados os presentes

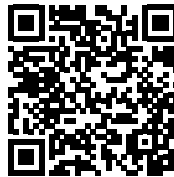
2. DIAGNÓSTICO

Baixa representatividade negra e indígena na magistratura

- 56% da população brasileira é preta ou parda e 0,82% da população brasileira é indígena. [Censo IBGE 2022]

A Justiça brasileira é composta por 18.315 magistradas e magistrados, de maioria branca (80%) e masculina (60,22%), sendo apenas 254 magistrados(as) autodeclarados(as) pretos(as), 1,6%, e 30 autodeclarados(as) indígenas, 0,2%. Já os autodeclarados negro-pardos, são 1.936, representando 12,1% dos magistrados(as). Inexistem, até o momento, dados disponíveis sobre quilombolas, de acordo com o Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário.

Os dados estão disponíveis no painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário:



Barreiras estruturais que impedem participação competitiva e igualitária

- Racismo estrutural e vulnerabilidade socioeconômica;
- Alto custo do material de estudo e de cursinhos preparatórios;
- Dificuldade de conciliar estudos e trabalho para sustento próprio e familiar.



3. CUSTOS

Qual o valor de implementação do programa?

O valor necessário total para custear o programa por 2 anos é de R\$15.000.000,00, dos quais já foram arrecadados R\$6.140.000,00.

(atualizado até 01/08/2024)

Quanto custa em média se preparar para a magistratura?

Dados de Pesquisa do IPEA a partir do Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho, publicada em abril de 2020, indicam que o custo médio é de R\$30.500,00.

Acesse o Guia simplificado
de como contribuir



4. COMO CONTRIBUIR?

Quem

Apoiadores júnior: podem contribuir com um valor reduzido de R\$ 39.600,00, equivalente ao custeio de uma bolsa anual;

Apoiadores sênior: podem contribuir com a cota mínima de R\$ 160.000,00, dividido em até duas parcelas;

Doação coletiva (pool): várias pessoas jurídicas podem se unir para alcançar a cota mínima de R\$ 160.000,00.

Não poderão participar do presente Edital, conforme cláusula 3.2:

(ii) Partidos políticos ou quaisquer entidades a eles ligadas, assim como quaisquer entidades que exerçam atividade político-partidária, bem como entidades sindicais .

Prazo

01/05/2024 (8h) até 20/02/2029 (19h).

Como

Enviar e-mail para editaldedoacaocnj@cnj.jus.br, com cópia para njrd.direitosp@fgv.br, acompanhado da proposta de doação.



5. PROPOSTA DE DOAÇÃO

O conteúdo da Proposta de Doação inclui a identificação da pessoa jurídica, descrição da doação e documentos adicionais previstos no último Edital nº 4/2024. A última proposta enviada prevalece, e a formalização da doação pode exigir documentos extras e procuração se necessário.

Consulte na íntegra o último Edital nº 4/2024.



6. DOAÇÕES

As doações serão depositadas no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do respectivo Termo de Doação.

Conta bancária específica destinada exclusivamente para esta finalidade, especialmente criada pela FGV, com a finalidade de receber os recursos destinados para o pagamento das **bolsas de manutenção** e a realização de **despesas devidamente comprovadas de suporte aos bolsistas (beneficiários)**, bem como para arcar com a **manutenção administrativa do Programa** em relação à gestão operacional para o recebimento das doações e destinação das bolsas aos beneficiários.

Bolsa de Manutenção: valor em pecúnia concedido a candidatos selecionados com o objetivo de auxiliar no custeio de despesas relacionadas à aquisição de material bibliográfico, contratação de professoras(es) especializadas(os) e acesso a cursos preparatórios para provas específicas previstas nos certames, além de alimentação, transporte e moradia.

- a) Suporte aos Bolsistas (Beneficiários):** custo com a equipe de apoio aos bolsistas capaz de oferecer suporte técnico, para acompanhar as(os) candidatas(os) contempladas(os) com a Bolsa de Manutenção em todas as questões relacionadas ao concurso da magistratura e à saúde mental. A equipe será gerida e contratada pela FGV.
- b) Manutenção Administrativa do Programa em relação à Gestão Operacional:** é o custo com a equipe responsável pela gestão financeira do Programa, pela emissão de relatórios financeiros e pelo acompanhamento dos resultados do Programa, sob a responsabilidade da FGV.



7. FINANCIAMENTO

Será criado um fundo para gestão dos recursos do programa. Além de bolsas de estudo concedidas diretamente por Escolas Judiciais e Cursos Preparatórios.

O fundo receberá recursos captados a partir de parcerias com instituições educacionais, organizações não governamentais e entidades representativas para financiamento e ampliação do alcance e da eficácia do Programa.

As entidades parceiras receberão um selo de reconhecimento público por sua contribuição para a diversidade e inclusão.

8. COMO SER BENEFICIÁRIO(A)?

Requisitos:

Ser pessoa negra ou indígena, com ou sem deficiência, com declaração étnico-racial e de deficiência avaliadas por tribunais estaduais e habilitação no Exame Nacional da Magistratura (ENAM).

Modalidades de Bolsa:

- a) **Bolsa Preparatória:** Até 880 vagas disponibilizadas em cursos preparatórios de carreira da magistratura vinculados ao Programa CNJ de Ação Afirmativa;
- b) **Bolsa de Manutenção:** Até 100 bolsas com valor mensal de R\$ 3.000,00.

Inscrições:

Até 29 de setembro de 2024 por meio de um formulário on-line.

Acesse o Formulário de
Manifestação de Interesse



É necessário enviar a documentação comprobatória da declaração étnico-racial e de deficiência, além do comprovante do deferimento do pedido de isenção de taxa, para o e-mail njrd.cnj.direitosp@fgv.br.

Mais informações:
Acesse o Edital





9. GESTÃO DO PROGRAMA

Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Getúlio Vargas, instituição que será responsável pelo credenciamento de cursos e pela arrecadação e gestão dos recursos necessários para execução do Programa.

O programa contará com a consultoria da Universidade Zumbi dos Palmares, que contribuirá com sua experiência no desenvolvimento de políticas inclusivas na temática étnico-racial para assegurar a efetividade e o acompanhamento contínuo das ações afirmativas destinadas a pessoas negras e indígenas candidatas à magistratura.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Acompanhamento contínuo para identificar áreas de melhoria e garantir a eficácia permanente da alocação dos recursos

Transparência

Comunicação transparente e efetiva sobre o programa, seu público, os objetivos e os resultados obtidos, garantindo que as informações sejam acessíveis a todos os interessados, inclusive com o estabelecimento de canais de feedback;

Selo do Apoiador



Relatórios anuais

FGV apresentará ao CNJ relatório anual de acompanhamento da execução e resultados do Programa;

Accountability

Gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Termo.

11. 2º ENAM/2024

Uma nova edição do ENAM ocorrerá no segundo semestre de 2024.

Cronograma previsto

Inscrições: De 15/07 a 15/08/2024 (até 16h do último dia – horário de Brasília/DF);

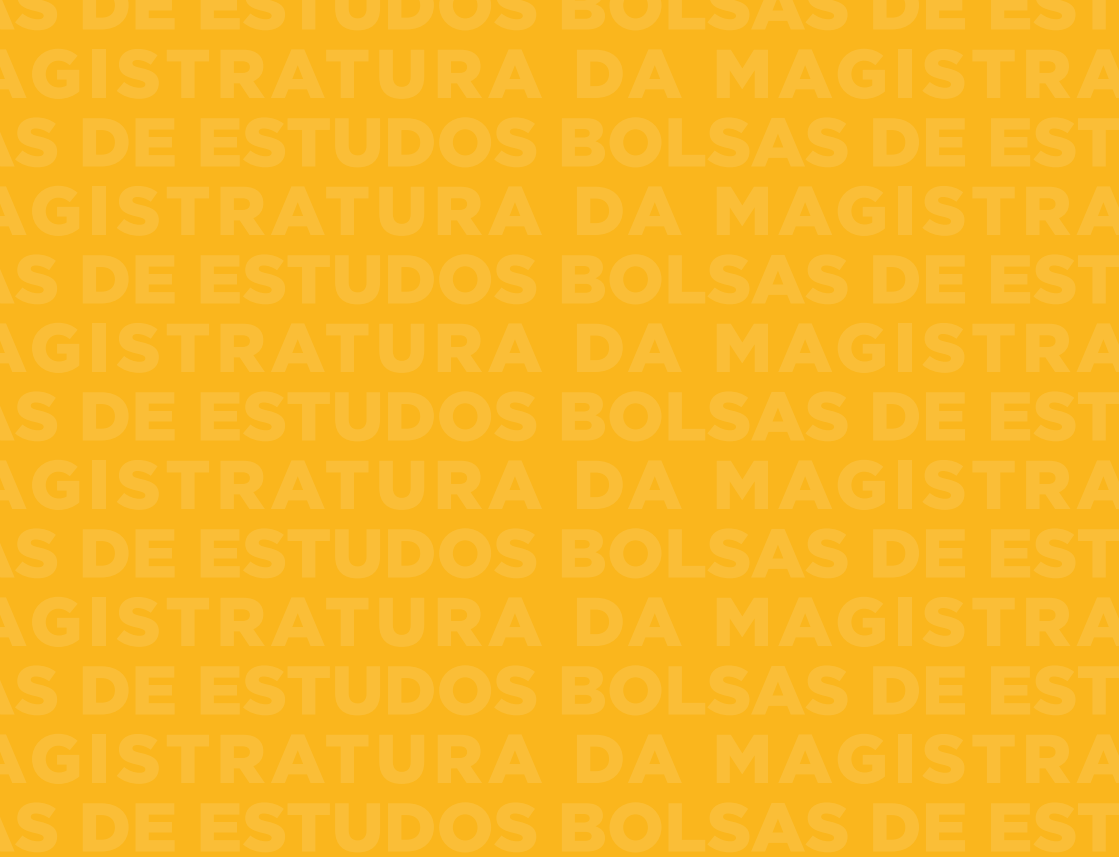
Prova objetiva: 20/10/2024

Divulgação do resultado preliminar: 19/11/2024

Homologação do resultado final: 17/12/2024

Mais informações:
acesse o QR Code.





CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Consultoria
UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES
INSTITUÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR
SÃO PAULO - BRASIL